

O TERRITÓRIO CAMPESINO DO CONTESTADO:
MULTITERRITORIALIDADE E CONFLITOS NO MUNDO
CABOCLO
*THE PEASANT TERRITORY OF CONTESTADO:
MULTITERRITORIALITY AND CONFLICTS IN THE CABOCLO
WORLD*

Luiz Henrique Rubens Pastore Alves de Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo se propõe como uma discussão teórica, a partir de uma revisão bibliográfica, sobre o território do Contestado, localizado na região Sul do Brasil. Inicialmente apresenta-se o território Contestado e os conflitos territoriais advindos da inserção da região na lógica capitalista de mercantilização e acumulação. Posteriormente faz-se uma discussão a respeito da categoria território e sua multidimensionalidade, não apenas em seu atributo político, mas também econômico, social e cultural. Entende-se o Território Contestado enquanto um território campesino (Fernandes, 2008), que entra em conflito com diversos territórios (multiterritorialidade) especialmente a partir da entrada de capital estrangeiro com o aval e através do Estado, trazendo para o território elementos da modernidade que transformaram violentamente a vida cabocla, provocando uma mudança não apenas material, mas também cultural e simbólica, culminando na Guerra do Contestado. Assim, o território se constitui como um espaço transformado a partir de diversas territorialidades, a dos caboclos, a do Estado, do capital internacional, que coexistem e se contrastam até os dias de hoje, resultando em processos de resistências e reterritorialização que se mantém material e simbolicamente, seja nos movimentos de luta pela terra, pela fé no monge, os cemitérios dos anjos e etc.

Palavras chave: território; Contestado; Guerra do Contestado; multiterritorialidade; Território Contestado.

ABSTRACT

This paper is presented as a theoretical discussion about the Contestado territory, located in the South of Brazil. The territory is considered to be a lived space, in which its cultural and symbolic dimensions are not abstract but rather seen as elements of creation of an identity to the location, e.g. the faith in the Monge, the caboclo lifestyle, the resistance against land deprivation, the “angel’s cemetery” and others. Thus, the entrance of foreign capital allowed by the state brought many material and symbolic transformations which resulted in the Contestado War. Therefore, the territory can be considered as a space transformed by many territorialities, one of the caboclos, of the state, of the international capital etc. Nowadays the elements present in the territory portray

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e docente de Geografia no Instituto Federal do Paraná – Campus Foz do Iguaçu, Brasil. Endereço eletrônico: luiz.deoliveira@ifpr.edu.br

the multiterritoriality resulting from the coexistence of different territories: the caboclo (territorializing) the one of the capital (unterritorializing) and the memory/resistance (reterritorializing)

Key-words: territory; Contestado; Contestado War; multiterritoriality;

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho procura-se entender as transformações ocorridas no território do Contestado no início do século XX responsáveis por mudanças econômicas, políticas e sociais para a população cabocla que ali vivia. Essas transformações culminaram na guerra civil do Contestado, em que milhares de camponeses foram mortos durante e posteriormente ao conflito, devido à ação da nascente República, sob a influência do capital transnacional.

Primeiramente procura-se entender o território contestado e as transformações ocorridas com a inserção da região na lógica capitalista de mercantilização e acumulação, em diálogo com as proposições de Milton Santos (1999), considerando a relação entre o território e o dinheiro, através da entrada de capital transnacional no território, em um processo de territorialização - desterritorialização - reterritorialização (Haesbaert, 2007).

Posteriormente faz-se uma discussão sobre o conceito de território e multiterritorialidade, discutindo as diversas dimensões do conceito, em um diálogo entre as formulações de Fernandes (2008), Haesbaert (2005; 2007) e Souza (2005).

Por último é levantada a questão da resistência camponesa tanto no processo da guerra quanto atualmente, material e simbolicamente de um território que continua em conflito devido às sobreposições de diferentes territórios (multiterritorialidade).

2. TERRITÓRIO CONTESTADO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CABOCLO

Neste trabalho procura-se entender o território do Contestado em dois momentos históricos diferentes: antes e depois da chegada do capital estrangeiro que teve início com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande a partir de 1906, que significou uma complexidade maior tanto para o dinheiro quanto para o território.

O hoje conhecido como planalto catarinense foi historicamente ocupado por indígenas, posteriormente colonizados no século XVIII por paulistas através dos caminhos de tropas (que usavam também os caminhos Peabirus), estabelecendo a pecuária extensiva na região. Esta ocupação foi fundada principalmente por meio dos latifúndios, com o poder incontestado dos senhores de terra sobre as famílias, os escravos, os empregados e agregados. No sertão, longe da administração provincial e na periferia dessa estrutura fundiária, viviam os camponeses:

resquílios de populações de indígenas - Kaingang, Xokleng, Guarani - e caboclos descendentes do encontro com portugueses e espanhóis; negros alforriados por lutar na Revolução Farroupilha (1835 -1845), na Guerra do Paraguai (1865-1870) e na Revolução Federalista (1893 - 1895), colonos e tropeiros. Esta população campestre vivia em uma economia de subsistência, através da caça, coleta, extrativismo e pequenas roças e criações, dependendo das relações de camaradagem para sua existência, uma vez que a população era negligenciada pelo Estado (SANTA CATARINA, 2013; KAISER, 2012).

Pode-se pensar o Contestado antes da entrada do capital estrangeiro como coloca Lima (2013) como uma “sociedade de diferenciação progressiva, de pequenas comunidades homogêneas, indiferenciadas, com pouca organização política e de reduzida divisão do trabalho” (LIMA, 2013, p. 84). Esta forma de organização social no território é semelhante à descrita por Milton Santos (1999):

Nesse primeiro momento, o funcionamento do território deve muito às suas feições naturais, às quais os homens e suas obras se adaptam com pequena mediação técnica, porque então as técnicas eram de alguma forma herdeiras da natureza circundante, ou um prolongamento do corpo. Elas eram ao mesmo tempo o resultado desse afeiçoamento do corpo à natureza, e desse comando da natureza sobre a história possível, de tal maneira que a técnica a partir dos objetos fabricados além do corpo era limitada. As relações sociais presentes eram pouco numerosas, e eram também relações simples e pouco densas. Se o entorno mostrava mistérios na sua existência, não eram eles devidos, como hoje, à produção da história, mas às forças naturais, e forças naturais desconhecidas, ao contrário de hoje quando de alguma forma conhecemos o funcionamento da natureza. Então, nesse tempo a vida material de algum modo se impunha sobre o resto da vida social, e o valor de cada pedaço de chão lhe era atribuído pelo próprio uso desse pedaço de chão (SANTOS, 1999, pp. 8 e 9).

Assim, pode-se dizer que neste contexto a vida social no Contestado estava direta e intrinsecamente relacionada com a relação com a terra e a transformação da natureza pelos caboclos e caboclas eram o que agregava valor ao pedaço de terra, também no plano simbólico, de pertencimento, de construção.

Esta ideia está diretamente ligada à territorialidade apontada anteriormente por Haesbaert (2007) e que para Souza (2005) é algo extremamente abstrato e está ligada à relação do indivíduo ou grupo com o espaço que ocupa e transforma. Sobre este pertencimento Fraga (2011) afirma que:

O território próprio ao grupo é concebido como um terreno em que as regras que fundam a identidade gozam de uma absoluta e indiscutível validade. A predominância do nível coletivo é total, e a oposição e a diferenciação são estabelecidas em relação à figura de um outro, que é exterior ao grupo, espaço como objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um

grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais. (FRAGA, 2011, p. 12)

No caso do Contestado a entrada de capital transnacional através da venda das terras devolutas pelo Estado no fim do século XIX e a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande (Figura 1) e a colonização da região no início do Século XX representou o avanço capitalista da época e provocou mudanças profundas no território, tanto materialmente como também no cotidiano dos caboclos, criando novos padrões de convívio social e desencadeou a Guerra do Contestado.

De acordo com Lima (2013) o surgimento das grandes corporações no início do Século XX e o avanço do capitalismo provocaram uma reconfiguração produtiva a nível global, demandando uma infraestrutura que permitisse a reprodução do capital, o que fez com que as empresas criassem espaços próprios para sustentar seus empreendimentos, devido à grande necessidade de mobilidade de capital e de força de trabalho.

Neste período histórico, segundo Santos (1999), com a intensificação da produção e do comércio internacional, há a complexificação do dinheiro que passa a atuar como informação e regulador. A partir daí tudo tende a se tornar mercadoria e o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, característica fundamental para entender as transformações ocorridas no mundo. Para o autor:

Em última análise é esse o resultado da influência do dinheiro em estado puro sobre o território. A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras. E quando tem uma existência autônoma, isto é, não necessita consultar a ninguém para se instalar, ela funciona a despeito dos outros atores, e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia. (SANTOS, 1999, p.13)

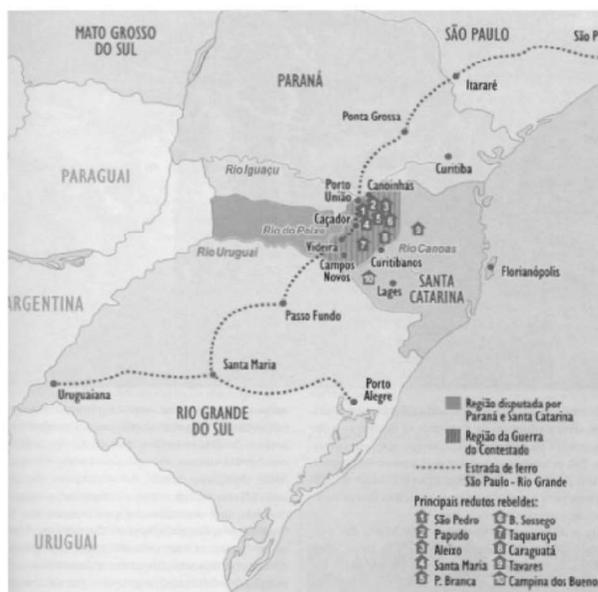


Figura 1 Localização da região do Contestado e o traçado da ferrovia São Paulo - Rio Grande (Fonte: LIMA, 2013)

Diante disso, entende-se que é neste processo que foram postas as bases das disputas territoriais entre capital (cada vez mais complexo) e campesinato, nesta sobreposição de territórios antagônicos, o território camponês e o território capitalista:

as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional (FERNANDES, 2008, p. 280).

Assim, é dentro deste prisma que se considera o território do Contestado: um espaço apropriado material e simbolicamente pelos caboclos e que, a partir dessa unidade coletiva, se diferenciava e se opunha às transformações advindas da complexificação do território brasileiro, pautada na exploração capitalista, que entende-se enquanto processo de desterritorialização, especialmente com a construção da ferrovia.

A partir das proposições de Lefebvre, Haesbaert (2007) explica que a apropriação deveria ter predominância sobre a dominação, entretanto a acumulação capitalista inverte as prioridades, impedindo a reapropriação dos espaços dominados pelo capital. Segundo o autor esta dominação segue uma lógica homogeneizante do capital (ou uma ideologia, para Milton Santos), através do poder simbólico na mudança na vida dos caboclos e caboclas, que não está somente ligada com a aplicação do capital ou as questões econômicas, ou seja:

O "território simbólico" invade e refaz as "funções" num caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, ou seja, a dominação lefebvriana toma-se, mais do que nunca, também, simbólica - um simbólico, porém, que não advém do "espaço vivido" da maioria, mas da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos. (HAESBAERT, 2007, p. 28)

Entende-se o território do Contestado também dentro deste espectro uma vez que de um lado se vê a lógica racionalista do capital estrangeiro e do Estado (no caso a República nascente), que enxergava um território "vazio" a ser colonizado, ocupado e modernizado a fim de gerar riquezas. Enquanto no outro extremo encontrava-se a apropriação pura daquele espaço pelos camponeses, que desenvolveram um valor simbólico para com a terra, da qual tiravam seu sustento e por ela lutaram durante a Guerra.

A transformação do território Contestado se dá principalmente a partir de 1908, com a chegada de máquinas e operários para a construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (EFSPRG), que já havia sido iniciada em 1906 porém se tornou mais agressiva a partir da venda da estrada para a Brazil Railway Company, do estadunidense Percival Farquhar (KAISER, 2012).

O estadunidense era responsável pelo Grupo Farquhar, conglomerado empresarial que formou um monopólio, adquirindo no Brasil além da EFSPRG também a Estrada de Ferro do

Paraná, a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, a Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer du Brésil, a concessão para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, dentre outras (SILVEIRA, 2007). Além disso, possuía várias subsidiárias: a Brazil Railway Company citada anteriormente, mas também a Brazil Lumber and Colonization Company, importante agente de transformação no território Contestado.

Além dos juros do capital investido, o grupo Farquar recebeu uma faixa de terra marginal aos trilhos, a chamada “zona privilegiada” que poderia se estender até 18 km de largura, que contabilizava uma extensa área de 6.696 km², que corresponderia a 7% do que hoje é o território do Estado de Santa Catarina (KAISER, 2012).

Já em 1910 o trecho da estrada de ferro foi concluída e o consórcio adquiriu a linha que ligava o porto de São Francisco (atualmente município de São Francisco do Sul – SC) e Porto União da Vitória (que após o conflito foi dividida em União da Vitória – PR e Porto União – SC) e em 1912 inaugurou mais uma unidade da Lumber em Três Barras (além da primeira unidade em Calmon iniciada em 1908).

Para a construção da ferrovia foram contratados 8.000 operários, dos quais 2.000 continuaram a trabalhar após para o grupo, enquanto os demais demitidos não receberam a passagem de volta como lhes foi prometido pela empresa, por volta de 2000 homens se embrenharam no território junto com os outros posseiros que perderam suas terras para a construção da ferrovia (KAISER, 2012).

Assim, em pouco tempo todo o território contestado sofreu grandes transformações: a chegada de máquinas e operários, chegada da ferrovia e do trem, expropriação dos posseiros, a colonização de europeus, criação de uma milícia de pistoleiros por Farquhar, derrubada da floresta, criação de grandes empresas, como a Lumber que possuía inclusive uma sala de cinema em seu interior, dentre outras.

Entende-se então que a ferrovia foi o elemento fundamental de desterritorialização, que permitiu a permeação do capital no território camponês e pode ser entendida inclusive como um símbolo importante da modernidade e da apropriação do capital, que trouxe junto com ela as transformações e conflitos entre territórios. Tanto que parte da resistência dos camponeses foram ataques à ferrovia, como o episódio do assalto ao trem pagador e os ataques às estações².

² Para mais informações sobre estes episódios consultar THOMÉ, Nilson. O assalto ao Trem Pagador: quando Pinheiro Preto entrou para a História do Brasil. Pinheiro Preto (SC): 2009.

3. TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE

Para este trabalho, as análises e estudos se apóiam na categoria de território, numa perspectiva de sobreposição de modos de vida e apropriação do espaço que levaram às transformações locais e culminaram na Guerra do Contestado.

Para Fernandes (2008) a própria significação do conceito de território está em disputa, uma vez que é utilizado por instituições para elaboração de políticas públicas, pesquisadores em seus projetos e muitas vezes em iniciativas de controles sociais, o que significa que a sua definição envolve necessariamente a intencionalidade dos sujeitos envolvidos. Portanto, a escolha deste conceito também se coloca enquanto um posicionamento político de entendimento da realidade do Contestado. Assim, propõe-se o entendimento do conceito a partir de um diálogo entre as formulações de Fernandes (2008), Haesbaert (2005; 2007) Santos (1999) e Souza (2005).

Para Fernandes (2008) os estudos sobre o território devem partir da reflexão sobre o espaço, dentro do enfoque miltoniano que o entende enquanto uma totalidade, na mediação entre sociedade e natureza, em uma relação indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Para Fernandes (2008), é neste movimento ininterrupto de transformações é que se produzem os espaços e territórios.

Para o autor é fundamental entender que todo território é uma totalidade, mas não uno, que coexiste com diversos territórios em constante conflitualidade (multiterritorialidade). Esta totalidade possui diversas dimensões: política, cultural econômica, social e ambiental, o que caracteriza a sua “multidimensionalidade”:

A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional e internacional. (FERNANDES, 2008, p. 280).

Para Fernandes, predominam as abordagens do conceito apenas em sua dimensão econômica e social apenas em um sentido ligado à governança, normalmente utilizada por órgãos governamentais e agências multilaterais, o que leva a uma incapacidade de compreender que não se trata de um único território, mas de uma sobreposição de diversos deles em diversas escalas. Essa negligência não é apenas no plano teórico, mas impede avanços na prática, uma vez que não socializa as outras dimensões e outros territórios nas tomadas de decisão. Por isso é importante entender as relações entre as diferentes dimensões dos território, para além da dimensão política (FERNANDES, 2008).

Para essa superação, Fernandes (2008) considera a existência de três tipos de territórios materiais: o primeiro (país, estados e municípios); o segundo (propriedades privadas capitalistas e propriedades privadas não-capitalistas); o terceiro (diferentes espaços controlados por relações

de poder, podendo ser fixos ou móveis). Focando sua análise no segundo território ele explica que sua caracterização depende da relação social que o produz. Para ele os territórios do agronegócio são diferentes dos territórios camponeses, uma vez que se organizam e reproduzem relações sociais de maneiras completamente distintas:

Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. (FERNANDES, 2008, p. 285).

Esta conflituosidade entre os territórios devido à multiterritorialidade também é abordada por Haesbaert (2007). Segundo o autor há uma vivência de diversos territórios simultaneamente, o que configura a multiterritorialidade. Isso acontece, pois o território é sempre diverso e complexo, pois trata-se do espaço vivido, ao contrário do território produzido e reproduzido pelo capital e aparelhado pelo Estado. A partir desta ideia o autor explora dois extremos da dominação e da apropriação do espaço, que vai desde a dominação funcional e concreta das dimensões políticas e econômicas, até a maior apropriação subjetiva e/ou simbólica/cultural.

Assim como Fernandes, Haesbaert afirma que a territorialidade não incorpora apenas a dimensão política, mas também a econômica e cultural e diz respeito à forma como as pessoas utilizam a terra e se organizam no espaço dando significados para aquele lugar. O autor considera que a territorialidade tem, de forma ontológica, uma dimensão imaterial que enquanto símbolo de um território pode se inserir como estratégia político-cultural, portanto não pode ser pensada apenas como uma abstração analítica para fins epistemológicos (Haesbaert, 2005).

Em sua análise sobre a ocupação do espaço pelo capital, Haesbaert (2005) explica como o que chama de “modernização arrasadora” padroniza os espaços, incorporando-os a uma rede hierarquizada a nível global de acumulação, enquanto exclui a maioria da população.

Em relação a isso o autor defende que o avanço tecnológico e a modernidade devem ser pensados a partir dos processos de territorialização e desterritorialização. No primeiro são fundamentais as dimensões política e cultural, que dão um caráter de identidade, qualificação e consequentemente diferenciação entre áreas, delimitando fronteiras e que pode ter como consequência o isolamento. Com a desterritorialização que acontece através de fluxos há a criação de uma hierarquia de dimensão política e econômica que tem como consequência a homogeneização, a perda da identidade, a mobilização e pode causar a desintegração, a exploração e a instabilidade (HAESBAERT, 2005).

Entretanto, Haesbaert (2007) encara a desterritorialização enquanto mito, uma vez que não se destrói os processos de territorialização, mas sim complexifica-o em um processo de reterritorialização. Isso não quer dizer necessariamente que não exista a desterritorialização, mas

que ela está sempre atrelada à reterritorializações. Portanto, estes conflitos se dão nesta dinâmica: Territorialização - Desterritorialização - Reterritorialização (T-D-R).

Sob esse prisma teórico, no próximo item será analisado então o território Contestado sob uma perspectiva multidimensional e os conflitos com outros territórios advindos da desterritorialização que tem como seu principal elemento e símbolo a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande.

Fernandes (2008) a partir de seus estudos passou a entender que a luta pela terra significa uma luta por um tipo específico de território, o território camponês. Portanto, em síntese, a proposta aqui é entender o Contestado enquanto um território camponês em suas diferentes dimensões e conflitos com outros territórios, para a superação de visão estrita do conceito e entendimento da realidade.

Entende-se aqui que a dimensão política da soberania, atributo essencial do território, que levou a escalada dos conflitos entre estes múltiplos territórios sobrepostos, com a entrada de capital estrangeiro na região e a resistência camponesa, o estabelecimento das fronteiras e ocupação do território da República, a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, o poder dos coronéis locais que conseguem mobilizar os “vaqueanos” na luta pelo estabelecimento do seu poder local, etc.

Para além das dimensões políticas e econômicas em disputa, é fundamental ressaltar também a dimensão simbólica do território camponês, não de uma maneira ideal, que paira apenas no imaginário de uma população que apenas se lembra do conflito e de uma ordem social que está há muito perdida. Pelo contrário, a dimensão simbólica está presente na materialidade da resistência dos camponeses nesse território que segue sendo negligenciado pelo Estado, constantemente desterritorializado por diversos braços do capital, mas que encampa lutas da população cabocla por seu território até hoje.

4. RETERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA

Para o Haesbaert (2005) as redes (de transporte, comunicação, etc.) geralmente são agentes desterritorializantes, uma vez que facilitam os fluxos, trocas e poderes externos ao território. Entretanto, a desterritorialização propõe reterritorializações, pois há a criação de novos modos de vida e interações sociais e consequentemente de movimentos de resistência.

A resistência dos camponeses que levou a guerra é entendida então enquanto processo de reterritorialização, que mostrou um elevado grau de organização, que lutaram contra o grupo Farquhar, com sua milícia armada e amparada pelas forças policiais, os coronéis locais e o Estado.

Ou ainda de acordo com Milton Santos (1999):

No entanto, se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território ainda resiste. Basta refazermos mentalmente o mapa do dinheiro no Brasil e nele encontraremos um lugar onde há todas as modalidades possíveis de dinheiro (São Paulo), e outro onde a única modalidade de dinheiro possível é o dinheiro-moeda (um ponto isolado no estado mais pobre) (...) Curiosamente, este formidável sistema ideológico acaba por ter um papel na produção da materialidade e na conformação da existência das pessoas. (SANTOS, 1999, p. 10 e 11)

É desta forma que entende-se a resistência dos caboclos e a luta por seu território não somente quando da construção da ferrovia e da colonização, mas nos dias atuais, uma vez que a população ainda sofre com a pobreza e a negligência do Estado. Ao percorrer a região é possível perceber elementos que proporcionam evidências da existência de várias territorialidades, é possível perceber em Fraga (2011) quando diz que as memórias dos anos de horror vividos não foram contados pela história oficial, porém se mantiveram vivos na memória coletiva, devido à suas profundas marcas deixadas. Ou ainda quando o autor fala das redes (impostas pelo capital e pelo Estado e não aquelas redes solidárias dos sertanejos) que transformaram aquele espaço, e fizeram dele a prisão do caboclo.

O território, antes tomado pela Floresta de Araucária após atividade madeireira com destaque para a atuação da companhia Lumber, hoje se destina em grande parte à produção de madeiras de reflorestamento e à soja, comandadas também por grandes empresas que se ramificam em todos os âmbitos da vida no território, como é possível ver a atuação da empresa Syngenta nas escolas locais, através do “Projeto Syngenta Escola no Campo”.

No município de Três Barras, onde antigamente era a estação de trem da cidade, hoje é o Museu Municipal que guarda parte da memória da luta campesina e da Guerra do Contestado. Em frente, onde antes era a serraria da Companhia Lumber, hoje as terras pertencem ao Exército Brasileiro e possui uma placa muito emblemática, que parece concretizar a multiterritorialidade no Contestado e seus conflitos, em que se lê “Nestas terras um dia Contestadas o seu Exército adentra-se para efende-las”

No livro da exposição “Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas” há um apelo para a superação das visões idealizadas e espetaculares da Guerra e do “homem do Contestado” e focar na resistência, na disputa por liberdade e solidariedade que são parte do território Contestado na atualidade e estão presentes na vida e no dia-a-dia do território com destaque para a fé no Monge³, por exemplo: [...] Estas populações são herdeiras de uma tradição muito antiga e vigorosa. Daí vem a sua força; por isso resistiram em condições tão adversas e

³ O Monge foi considerado um messias pela população. Na realidade foram três diferentes homens santos unificados em um único personagem que era conhecido por curar doenças e realizar milagres e teve um papel fundamental na mobilização dos caboclos (KAISER, 2012).

mantiveram traços culturais tão característicos, mesmo nas cidades globalizadas da atualidade (SANTA CATARINA, 2013, p. 52).

Outros elementos de resistência do território do Contestado como o ditado popular “Quem tem mói, mói, e quem não tem, mói também, e no fim, todos ficam iguais”, a atuação de Vicente Telles com o memorial do Contestado em Irani, as águas e representações do Monge encontradas em vários locais do Território, a bandeira do Contestado juntamente com as bandeiras oficiais em Porto União, os memoriais sobre a história do Território e do conflito em lugares históricos, os “cemitérios dos anjos”, jazigos das crianças mortas no conflitos, dentre muitos outros.

Esta dimensão de que o Contestado ainda é um território em disputa pode ser vista em uma passagem de Fraga (2010):

Lebon Regis, pequena cidade da ex-região contestada foi, na década de 1980 e início dos anos 1990, a típica cidade do interior do Brasil que corria o risco de desaparecer do mapa devido ao êxodo rural e à falta de perspectivas, além da concentração das terras regionais nas mãos de poucos latifundiários. Tais fatos foram modificados com as ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o assentamento em muitos latifúndios desapropriados pela reforma agrária. Isso trouxe vida, desenvolvimento e geração de riqueza para o município que tendia ao desaparecimento – isso ficou claro com as constatações, fruto das observações do dinamismo na cidade naquele dia (FRAGA, 2010, p.36)

Outro exemplo é a Romaria da Terra em Santa Catarina, organizada pela Comissão Pastoral da Terra em articulação com os movimentos sociais, cuja primeira ocorreu em 1986 em Taquaruçu, cidade santa do Contestado, localizada hoje no município de Fraiburgo. Em 2015 realizou-se a Romaria do Centenário do Contestado em Timbó Grande, também em Território Contestado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, entende-se que a luta no Contestado não estava somente no plano de luta pelo território no sentido de seus limites e relações de poder que o envolvem, mas também na disputa por um território campesino que é oposto ao território capitalista nacional, disputado inclusive na esfera estadual, disputa que muitas vezes ganha o protagonismo na história do Contestado.

Entende-se também que a entrada de capital estrangeiro com o aval do Estado trouxe para o território elementos da modernidade que transformaram violentamente a vida do sertanejo, provocando uma mudança não apenas material, mas também cultural e simbólica, de uma forma sempre excludente que acabou levando à Guerra do Contestado.

O território do Contestado evidencia como é fundamental a superação da visão unicamente política do conceito de território, sob o risco de incompreensão da realidade, uma vez que compreender a disputa territorial somente no plano da governança é apagar a dimensão da luta pela terra. Por isso a necessidade de demarcação de que o Contestado é um território camponês, em suas múltiplas dimensões, inclusive simbólica, em disputa até hoje, território esse que segue sendo negligenciado pelo Estado, constantemente desterritorializado por diversos braços do capital, mas que encampa lutas da população cabocla por seu território camponês.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T. e Fabrini, J. E. (coords.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In CASTRO, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Ano IX, Nº 17, 2007.

FRAGA, N. C. *Vale da Morte: o Contestado visto e sentido* "Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná". Editora Hemisfério Sul Ltda., 2010.

FRAGA, N. C. Território e Silêncio: a bandeira, a guerra e o povo invisível. In FRAGA, N. C. (Org.). *Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011.

KAISER, J. *Guerra do Contestado: a revolta dos caboclos no sertão catarinense*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2012.

LIMA, S. R. Capital transnacional na região do contestado: os sinais de modernidade no processo de ocupação. In DELLABRIDA, V. R. (org.) *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: Reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial*. São Paulo: LiberArs, 2013.

SANTA CATARINA (Estado). *Guerra do Contestado: 100 anos de memórias e narrativas*. Florianópolis: Edições FCC, 2013.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Ano I, nº1, 1999.

SILVEIRA, M. R. *Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas*. Editora Interciência, 2007.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

THOMÉ, Nilson. *O assalto ao Trem Pagador: quando Pinheiro Preto entrou para a História do Brasil*. Pinheiro Preto (SC): 2009.